



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

ACESSIBILIDADE EM ARQUIVOS: UM OLHAR SOB A COMPETÊNCIA DO ARQUIVISTA

ACCESSIBILITY IN ARCHIVES: A LOOK UNDER THE COMPETENCE OF THE ARCHIVIST

Carlos Alberto Rodrigues - Universidade Federal de Santa Catarina

Luize Daiane dos Santos Ziegelmann - Universidade Federal de Santa Catarina

Eliana Maria dos Santos Bahia - Universidade Federal de Santa Catarina

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O presente estudo tem como objetivo geral caracterizar a acessibilidade em edifícios de arquivo no âmbito das competências do profissional arquivista propondo-se a: Identificar as condições de acessibilidade de um edifício de arquivo; analisar os resultados de acessibilidade identificados; relacionar a acessibilidade em edifícios de arquivo e a competência do profissional arquivista. De forma exploratória e a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, foi realizada aplicação de um formulário (checklist) em uma unidade de arquivo, sendo os dados analisados sob a ótica da competência do arquivista. Os resultados indicam 8 categorias de acessibilidade relacionadas às competências profissionais do arquivista.

Palavras-Chave: Acessibilidade em arquivos; Competência profissional; Profissionais da informação.

Abstract: The present study has as general objective to characterize the accessibility in archival buildings within the scope of the professional archivist proposing to: Identify the accessibility conditions of archive building; analyze the accessibility results identified; relate accessibility in archival buildings and the competence of the professional archivist. From an exploratory and a bibliographical and documentary research, a checklist was applied in archive unit, the data being analyzed from the point of view of the competence of the archivist. The results indicate 8 categories of accessibility related to the professional competence of the archivist.

Keywords: Accessibility in archives; Professional competence; Information professionals.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é temática de pesquisa recorrente em diversos campos de conhecimento. No campo da Ciência da Informação se reveste de um caráter emblemático ao focar a informação como elemento a ser acessado e a acessibilidade como o conjunto de medidas que visam garantir o acesso à informação por pessoas com deficiência.

Os arquivos se estabelecem como um relevante patrimônio nacional ainda pouco acessível às pessoas com deficiência. No Brasil, estes cidadãos contam com um arcabouço legal e normativo voltado à acessibilidade, porém a adequação dos ambientes públicos vem ocorrendo de forma lenta. A situação coloca o profissional arquivista frente a um desafio, englobar em seu campo de atuação as condições de acessibilidade do arquivo a fim de contribuir para o estabelecimento de uma política nacional de acessibilidade em arquivos.

Nesse contexto, pressupõe-se que a acessibilidade em arquivos se relaciona com a competência profissional do arquivista, enquanto conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas para garantir o acesso de pessoas com deficiência à informação contida nos documentos de arquivo. Estudos voltados à competência dos profissionais da informação têm apontado o arquivista contemporâneo como gestor e mediador ativo da informação nos espaços de arquivo.

Destarte, este estudo propõe uma investigação com o objetivo de caracterizar, por meio de uma pesquisa exploratória, a acessibilidade em edifícios de arquivo no âmbito das competências do profissional arquivista, de modo a contribuir para a acessibilidade em arquivos e para a atuação do profissional da informação-arquivista no Brasil.

2 ACESSIBILIDADE EM ARQUIVOS

Os arquivos, elementos de prova e ativos de informação (ABNT, 2018), se constituem como um patrimônio nacional em muitos casos inacessível para pessoas com deficiência, parcela social estimada em 6,7 % da população brasileira (IBGE, 2018). O Brasil não possui tradição na construção de edifícios para arquivos, o que se verifica na maior parte dos casos é a adaptação de prédios existentes. Esta cultura convive com falhas de acessibilidade que limitam o acesso à informação por pessoas com deficiência.

Neste cenário, a acessibilidade surge no âmbito dos arquivos como requisito basilar para garantia de direitos sociais e participação democrática de todas as pessoas. Uma vez

que a própria noção de direito à informação, como princípio democrático, vincula-se diretamente ao acesso aos arquivos públicos (FUGUERAS, 2003), garantir o acesso de todos os cidadãos aos arquivos contribui para o exercício da cidadania e desenvolvimento da sociedade democrática.

No Brasil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, visa assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência na busca da inclusão social e cidadania e estabelece que a acessibilidade é “direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (BRASIL, 2015).

Em seus estudos, Silva et al (2018) analisam que o Estatuto da Pessoa com Deficiência representa avanço da legislação brasileira no direito das pessoas com deficiência, mas conclui que a temática acessibilidade carece de aprofundamento no campo da pesquisa científica e em relação à interdisciplinaridade, uma vez que é apropriada por diversas áreas do conhecimento. Neste sentido, a interdisciplinaridade natural e em constante evolução da Ciência da Informação, propagada por Saracevic (1995), revoca a atuação interdisciplinar do profissional da informação-arquivista na busca por arquivos acessíveis a todos os cidadãos.

Uma vez que compete ao profissional da informação atuar em favor do direito e do acesso à informação para pessoas com deficiência (HOTT; CRUZ-RIASCOS, 2018), cabe desenvolver competências que favoreçam o diálogo interdisciplinar com outros campos de conhecimento, para a implementação de políticas de acessibilidade em arquivos. A seção a seguir apresenta algumas reflexões acerca das competências do profissional arquivista.

3 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

A informação, sua produção, armazenamento e uso, é o objeto principal das atividades dos profissionais da informação. O conhecimento do fluxo da informação, a percepção do ambiente em que as informações estão sendo geradas e a capacidade de lidar com recursos tecnológicos viabilizam o acesso, uso, tratamento, e a recuperação da informação. Para Araújo (2018, p. 128) a informação se constitui, etimologicamente, do

fazer humano de “in-formar”, isto é, dar forma, conferir existência material, a pensamentos, ideias, impressões, reflexões.

O surgimento de novos tipos de usuários da informação e os diferentes suportes informacionais, trazem aos profissionais da informação, reflexões sobre suas práticas de trabalho, revisitando conceitos, funções e princípios tradicionalmente utilizados. Para Dudziak (2001, p. 4), “o acesso à informação é indicador incontestável de atualidade, sintonia com as tendências atuais, um atestado amplamente aceito de aptidão para o futuro de competência profissional, eficiência e qualidade”.

Neste íterim, os profissionais da informação viram suas áreas de atuação transformar-se com o advento das novas tecnologias da informação, impactando diretamente suas tradicionais metodologias de trabalho, nos atuais espaços de atuação profissional.

Na sociedade contemporânea o profissional da informação-arquivista necessita desenvolver habilidades múltiplas e interdisciplinares para gerenciar unidades de arquivo, centros de documentação e informação, disseminar informação e dar acesso a elas. De acordo com Valentim (2002), a informação apresenta-se em variadas formas e exige dos profissionais que trabalham com ela, o aperfeiçoamento constante, a educação continuada e o desenvolvimento de competências.

A demanda contemporânea exige que o arquivista corresponda às exigências do mercado laboral, progressivamente competitivo. De acordo com Ribas e Ziviani (2007), o processo de formação e qualificação destes profissionais pode ser entendido como uma realidade dinâmica e inacabada, sendo que as competências requeridas para a atuação profissional devem estar alinhadas a nova configuração da sociedade que exige: versatilidade, flexibilidade, domínio de tecnologias da informação e consciência social.

O arquivista necessita congrega competências e habilidades, que transcendam as atividades técnicas em direção à capacitação continuada e ao desenvolvimento de um currículo multidisciplinar. Para Bahia (2018), o profissional que estiver preparado, possuir competências necessárias, integrando habilidades, talentos e tecnologias voltados aos interesses do mercado de trabalho, poderá se destacar e obter êxito profissional. O arquivista necessita possuir consciência de suas habilidades e buscar os conhecimentos ainda não adquiridos, visando o aperfeiçoamento contínuo de suas metodologias de trabalho, voltadas a sociedade da informação.

Discorrer sobre as competências e habilidades inerentes ao profissional da informação-arquivista, requer a análise global da sua formação, mercado de trabalho e das novas demandas informacionais, considerando também o papel social dos arquivos, ratificado na Declaração Universal sobre os Arquivos: os arquivos desempenham papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a salvaguarda da memória individual e coletiva. A promoção do acesso livre enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, a democracia, e aumenta a qualidade de vida (ICA, 2010). A próxima seção apresenta a metodologia utilizada para a obtenção dos resultados da pesquisa.

4 METODOLOGIA

O presente estudo se configura como de natureza quali-quantitativa ou de métodos mistos pois emprega aspectos tanto dos métodos quantitativos quanto dos procedimentos qualitativos (CRESWELL, 2010). Em relação ao tipo, trata-se de uma pesquisa exploratória que pretende aumentar a experiência dos pesquisadores sobre o problema (TRIVIÑOS, 1987). A coleta e análise dos dados se deu através da aplicação de formulário (checklist) de avaliação de acessibilidade em prédios públicos (MORO; ESTABEL, 2016) em um arquivo de uma universidade federal da região sul do Brasil e levantamento bibliográfico e documental sobre acessibilidade e competência profissional. O formulário é composto por 333 itens de verificação distribuídos em 8 categorias: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade do mobiliário e equipamentos, acessibilidade comunicacional, acessibilidade à informação, acessibilidade instrumental, acessibilidade metodológica, acessibilidade programática, acessibilidade atitudinal. Para cada item apresenta-se quatro alternativas possíveis de análise: S (Sim), N (Não), P (Parcial) e NA (Não se aplica).

A aplicação do formulário se deu *in loco* pelos pesquisadores juntamente com o gestor da unidade de arquivo avaliada. Os resultados obtidos foram classificados por: categoria, item e resultado possível (S, N, P, NA). Do total de 333 itens de verificação que compõem o formulário, 166 foram considerados “não aplicáveis” e 1 foi caracterizado como “item em duplicidade”, desta forma, restaram 166 itens avaliados para análise.

5 RESULTADOS OBTIDOS E ANÁLISE

A acessibilidade em arquivos demanda o desenvolvimento de competências de acordo com as características de acessibilidade de cada unidade de arquivo. O levantamento das condições de acessibilidade da unidade de arquivo estudada identificou 152 itens atendidos e não atendidos em todas as categorias previstas no formulário aplicado, os itens parcialmente atendidos foram identificados nas categorias de acessibilidade: arquitetônica (7 itens), comunicacional (2 itens), informação (1 item), instrumental (2 itens), metodológica (1 item) e atitudinal (1 item).

A categoria com maior percentual (92%) de itens atendidos é a Mobiliário e equipamentos, sendo que dos 12 itens aplicáveis 11 foram atendidos. A categoria com menor percentual (12%) de itens atendidos é a Comunicacional, dentre os 17 itens aplicáveis 4 foram atendidos. A categoria com maior número (33) de itens não atendidos é a Arquitetônica, sendo que as categorias com menor número (1 cada uma) de itens não atendidos são: Mobiliário e equipamentos e Metodológica. A categoria Metodológica atende parcialmente a 1 (20%) dos 5 itens aplicáveis, enquanto que a categoria Arquitetônica atende parcialmente a 7 (9%) dos 78 itens aplicáveis. O quadro 1 a seguir apresenta o resultado geral da aplicação do checklist.

Quadro 1: Resultado geral da aplicação do formulário (checklist).

CATEGORIAS	Itens aplicáveis	Atendidos		Não atendidos		Atendidos	
		Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Arquitetônica	78	38	49%	33	42%	7	9%
Mobiliário e equipamentos	12	11	92%	1	8%	0	0%
Comunicacional	17	2	12%	13	76%	2	12%
Informação	9	4	44%	4	44%	1	11%
Instrumental	22	10	45%	10	45%	2	9%
Metodológica	5	3	60%	1	20%	1	20%
Programática	4	2	50%	2	50%	0	0%
Atitudinal	19	15	79%	3	16%	1	5%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

O conjunto dos itens apresentados nas categorias são agentes viabilizadores da acessibilidade em arquivos, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida

“condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações [...]” (BRASIL, 2004).

A distribuição dos itens atendidos, não atendidos e atendidos parcialmente, nas categorias elencadas pelo formulário empregado aponta variadas qualidades e lacunas existentes quanto à adequação da unidade de arquivo estudada em relação à acessibilidade. Há um contraste entre a categoria “Mobiliário e equipamentos”, com maior percentual (92%) de itens atendidos e a categoria “Acessibilidade arquitetônica”, com maior percentual de itens não atendidos (42%).

As adequações que se fazem necessárias carecem de programação financeira, de esforços conjuntos com a administração pública e de abordagens interdisciplinares pelo arquivista que contemplem conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas ao estudo e previsão de condições de acessibilidade em arquivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese os avanços na legislação, a acessibilidade aos arquivos brasileiros se configura como um desafio social frente à realidade atual e o arquivista assume um papel relevante no acesso à informação por pessoa com deficiência. A interdisciplinaridade dos aspectos abrangidos pelas categorias do checklist aplicado aproximam a acessibilidade da competência do profissional arquivista na promoção de políticas que possibilitem o amplo acesso aos arquivos por pessoas com deficiência.

A aplicação de checklist de acessibilidade elaborado por Moro e Estabel (2016) em arquivos se mostrou pertinente para verificação e conscientização das condições de acesso à informação preconizadas pela legislação vigente. Os dados produzidos possibilitam dialogar e advogar em benefício da observância dos dispositivos legais que preveem a acessibilidade. Aventa-se que a ampliação do universo de pesquisa permita comparar e relacionar diferentes realidades em arquivos de modo a subsidiar uma política nacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. 132 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 15489-1 Informação e**

documentação — Gestão de documentos de arquivo Parte 1: Conceitos e princípios. Rio de Janeiro: ABNT, 2018, 25p.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos. **Competências arquivísticas no mercado de trabalho.** 1. Ed.- Curitiba: Appris, 2018. 283 p.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 10 jul 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

CRESWELL, J. L. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução de Magda Lopez. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/337950252/CRESWELL-John-W-Projeto-de-pesquisa-pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas.** 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUGUERAS, R. A. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedade del conocimiento.** Barcelona: Editorial UOC, 2003, 221p.

HOTT, D. F. M.; CRUZ-RIASCOS, S. A. Ciência da informação e interações teórico-sistêmicas com a acessibilidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., ENANCIB, 2018. **Anais Eletrônicos** [...]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103924>. Acesso em: 08 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo. **Estudos e análises: Informação demográfica e socioeconômica.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 352 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. **Declaração universal sobre os arquivos.** França: 2010, 1p. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf. Acesso em: 20 mai 2019.

MORO, E. L. da S. ESTABEL, L. B. **Checklist: instrumento de avaliação de acessibilidade em**

prédios públicos. Porto Alegre: Evangraf, 2016, 83 p.

RIBAS, C. S. C; ZIVIANI, P. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 47-57, set./dez.2007. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_2b28a9bca8_0012684.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, jan./abr. 1995.

SILVA, D. M. A. et al. A pesquisa sobre acessibilidade no Brasil: um olhar sobre os grupos de pesquisa do CNPQ. **Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**, v. 6, p. 6^º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/117729>. Acesso em: 09 jul. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

VALENTIM, Lígia Marta. **Formação do profissional da Informação.** São Paulo: Polis, 2002. 152 p. Disponível em: http://abecin.org.br/data/documents/VALENTIM_Org_Formacao-do-profissional-da-informacao.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.